

PLANO DE GOVERNO

2021-2024

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT RONDONÓPOLIS



Rondonópolis-MT, 2020

PROGRAMA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – PARTIDO DOS TRABALHADORES

A cidade de Rondonópolis está situada entre duas Rodovias Federais: BR-364 (Rondonópolis- Pedra Preta- Brasília, em outro sentido, Rondonópolis – Jaciara- Cuiabá); BR-163 (Rondonópolis - Itiquira - Campo Grande- São Paulo). É também acessada por três Rodovias Estaduais: MT-130 (Rondonópolis-Poxoréo- Primeira do Leste), MT-270 (Rondonópolis- São José do Povo-Guiratinga), MT-130 (Fazenda Triângulo a Vila Bueno/Naboreiro/Jarudóri-Rodovia MT-480) e MT-270 (Rondonópolis- São Lourenço de Fátima- Barão de Melgaço – Mimoso - Nossa Senhora do Livramento).

Rondonópolis foi construída dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho que, por sua vez, pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai. São formadoras do Rio Vermelho as seguintes sub- Bacias: Rio Tadarimana, Rio Jurigue, Ribeirão Ponte de Pedra, Córrego da Onça, Gavião, do assentamento Carimã, Arareau, Escondidinho, Pacífico, Carvalho, Sucuri, Seriema, Nadal, Bragagnolo, Portal da Anta, Basso, Igreja e Canivete

O Plano de Governo do PT, para administrar o Município de Rondonópolis durante o quadriênio de 2021 a 2024, focaliza a implantação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a valorização do trabalho e dos trabalhadores. A geração de empregos; criação de mecanismos para facilitar a produção e a dinamização de toda a cadeia produtiva, a organização agrária e industrial com sustentabilidade. O uso da ciência e tecnologia a serviço dos interesses sociais, o aperfeiçoamento da segurança pública, da educação e da saúde. A modernização da cidade e do campo, com respeito às diferenças; a valorização dos movimentos e organizações socioculturais e ambientais.

A administração pública é fundamental para o bem viver na cidade e no campo. Isto motiva a construção coletiva do Partido dos Trabalhadores para o município de Rondonópolis. Nosso projeto para o futuro da cidade e do campo rondonopolitanos considera que vivemos em tempos difíceis. A pandemia ao redefinir a existência da humanidade, nos colocou a necessidade de pensar formas de administração criativa, que vá além dos projetos estruturais, que coloquem a diversidade social, e o bem viver como foco de atuação da gestão municipal.

A cidade que queremos também precisa ser pensada por cada uma e cada uma de seus moradores e de suas moradoras, a humanização do espaço público passa pela geração

de empregos, pelo respeito à diversidade social, pelo incentivo ao lazer e pela valorização dos agentes culturais.

Saúde e Educação precisam ser pensadas a partir de uma perspectiva humanizada, sem perder o foco na importância da transição ecológica do município para o século XXI, por meio de estratégias de uso da tecnologias que, ao mesmo tempo que permita pensar estratégias para conservação ambiental, possibilitem a geração de emprego, promovendo o desenvolvimento inclusivo.

Tudo articulado à valorização dos Direitos humanos e de políticas específicas para Mulheres e para a Promoção da Igualdade Racial. Mulheres, Negros e Negras, População Indígena, precisam ser pensados na elaboração de Políticas Públicas que tenham como foco o combate ao racismo e ao machismo, o que só é possível por meio de estratégias balizadoras das ações de gestão, em defesa da igualdade étnico-racial e de gênero.

Um enorme desafio dos tempos atuais está em pensar uma cidade para todas e todos, relacionando intrinsecamente campo e cidade, o que para nossa gestão se constituirá em compromisso fundamental por meio do aprofundamento da democracia e da participação popular, que deverá seguir na contramão de um processo de exacerbação do conservadorismo em nível internacional, do avanço do autoritarismo na América Latina e do aprofundamento da intolerância no Brasil.

Política de Educação – um macro setor de propostas

Desde 1996 quando entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Administrações Municipais de Rondonópolis não adequaram convenientemente a situação da Educação aos Direitos das crianças em idade escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB estabelece 5 níveis de educação escolar:

- 1) Creches- de 4 meses a 3 anos e 11 meses de idade;
- 2) Educação Infantil - 4 e 5 anos de idade;
- 3) Ensino Fundamental- de 6 a 14 anos de idade, ou seja, 9 9 anos escolares;
- 4) Ensino Médio- 3 anos escolares após a conclusão do Ensino Fundamental;
- 5) Ensino Superior- Após a conclusão do Ensino Médio.

Aproximadamente 1833 crianças (de acordo com cadastro de demanda da rede municipal, estão fora da escola), estão em filas de espera nas Unidades Municipais de

Educação e calcula-se que mais de 448 crianças não têm acesso às Escolas Municipais de Educação Infantil.

Para solucionar os graves problemas das creches, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Rondonópolis, o PT precisará revolucionar a estrutura da educação institucional do Município. Isso significa implantar uma concepção de Educação que atenda integralmente as nossas crianças e adolescentes. A educação escolar do Município de Rondonópolis buscará o atendimento integral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e seguirá as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Realidade da educação Infantil em Rondonópolis

O município tem que tratar a educação infantil como prioridade. Dividir com o Estado a responsabilidade do Ensino Fundamental. Há um problema que precisa ser equacionado, a Rede Municipal em Rondonópolis está matriculando aluno demais no ensino fundamental. Quando se analisa o total de Matrículas que tivemos em 2019, Rondonópolis tem um valor *per capita* por aluno ao longo do ano R\$7.444,00 (sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), ou seja, o investimento *per capita* de Rondonópolis não é ruim, mesmo matriculando alunos demais.

A educação infantil, tem se fortalecido pelos diversos debates, e lutas das mulheres trabalhadoras e de militantes da educação infantil como o MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Que se tornaram políticas públicas que precisam ser efetivadas na prática. Atualmente estamos sobre a vigência da Base Nacional Comum Curricular, que deve ser implementada desde educação infantil até o ensino médio.

No tocante a educação infantil a primeira etapa da educação básica é a única que está vinculada a idade própria o atendimento. Ela se dá do 0 a 3 anos na creche e 4 e 5 anos em Pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29).

Caracterização da educação infantil em Rondonópolis

Atualmente o município de Rondonópolis conta com: 29 unidades específicas, 21 escolas urbanas do ensino fundamental que atende a educação infantil, 07 escolas do campo do ensino fundamental que atende também a educação infantil. Três escolas indígenas que atende a educação infantil. E mais 24 salas anexas 03 salas multifuncionais de AEE (Atendimento Educacional Especializado). São 9.563 crianças atendidas na rede

municipal de educação em creche e pré - escola, com o trabalho de 2.276 profissionais distribuídos entre professores efetivos, contratos, serviços e estagiários.

Dentre as dificuldades e as fragilidades podemos citar:

- 1) Número alto de rotatividade de professores (gerando desgaste administrativo, desrespeitando o vínculo das Crianças;
- 2) Falta de política Inter setorial com criação de pactos entre as secretarias de assistência social, saúde e da vara da criança;
- 3) Falta de espaço próprio para as crianças;
- 4) Educação infantil funcionando dentro de prédio de escolas do fundamental, inviabilizando o protagonismo infantil.

Precisamos garantir o que diz a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, por isso a importância de espaço adequado. É preciso fortalecer as políticas de formação da rede, com metodologias ativas e tecnológicas de modo a contemplar a formação e a pesquisa, a prática e o conhecimento.

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

- ✓ Construções de programas e políticas municipais para educação infantil. Que as mesmas tenham a participação dos profissionais, que atuem com as crianças e suas famílias;
- ✓ Que seja dada maior visibilidade à Educação Infantil, visto que, é de inteira responsabilidade do município;
- ✓ Que os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas sejam respeitadas como pessoas em seus direitos absolutos;
- ✓ Na carreira estratégica, o respeito da hora atividades, o piso salarial como piso inicial de carreira. No plano de carreira, o respeito ao artigo 61 da LDB e a Lei 11014 / 2009 onde, professores e funcionários, estão juntos como profissionais da educação, valorizando o exercício da atividade não docente no interior das unidades escolares;
- ✓ Temos que sejam reafirmados os princípios Históricos de carreira profissional, definidos pelo conjunto da luta dos trabalhadores em Educação Pública no País;
- ✓ Definição de carreira dos professores da Educação como carreira estratégica (não pode ser terceirizada);
- ✓ Hora de trabalho pedagógico (50%). Hoje a lei 11.738/08 assegura o mínimo 1/3 da jornada de Trabalho;
- ✓ Piso salarial Profissional digno vencimento inicial de carreira.

- ✓ Plano de carreira unificado para o conjunto de profissional de educação de acordo com a definição na Lei 12014/2009;
- ✓ Garantia da Progressão funcional na Carreira no mínimo em duas dimensões: por tempo de serviço e por habilitação;
- ✓ Jornada Única de trabalho a todos o profissionais da educação com gestão democrática de ensino;
- ✓ Avaliação para o desempenho profissional em contraponto a avaliação de desempenho;
- ✓ Profissionalização de todos os funcionários;
- ✓ Com relação à Gestão, Financiamento e controle social, cumprir o que estabelece o Plano Nacional de Educação:
 - **Gestão: Meta 1**- implementar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com vistas a uma ação coordenada aos entes federativos, compartilhando responsabilidades no atendimento da escolarização básica, na universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática.
 - **Financiamento: Meta 1**- garantir o cumprimento da LDB, que disciplina o repasse automático dos recursos vinculados á manutenção e ao desenvolvimento do ensino, para o órgão responsável por este setor.
- ✓ O Estado tem que definir com os Municípios, qual ação para que na oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição proporcional da responsabilidade de acordo com a população atendida, e os recursos financeiros em cada esfera do poder;
- ✓ Garantir uma administração popular, defensora da Educação, como um direito humano inviolável, tenha por base:
 - Comprometer com a luta do Plano Nacional de Educação e sua regulamentação;
 - Cumprir o estabelecido no Plano Municipal de Educação, compartilhando a responsabilidade de atendimento com a Rede Estadual, para que atenda um número maior de matrículas do ensino fundamental.
 - Estabelecer um diálogo com o Sindicato da categoria, para assegurar o equilíbrio entre o número de alunos, número de professores e número de funcionários, visando potencializar as receitas, com vistas a melhorar a questão salarial. Isso faz parte do princípio da transparência, com relação ao quadro de pessoal;
- ✓ Reafirmar o compromisso de gestão propositiva com o processo de formação dos educadores dada as novas exigências do mundo do trabalho. Considerando as novas

tecnologias de comunicação na educação e a crise de saúde pública, que acelerou o debate sobre a mercantilização do ensino.

- ✓ Reafirmamos nosso compromisso pela educação pública, desmilitarizada e que atenda a sua função social, que é a formação do cidadão, capazes de enxergar a diversidade dos (as) agentes sócios históricos (as), capazes de promover profundas transformações na sociedade.
- ✓ Pautamos nosso programa nos princípios da educação cidadã, fundamentados no texto constitucional de 1988. Ressaltamos que as proposta de educação pública para o município de Rondonópolis devem ter tais premissas constitucionais em seu horizonte de expectativas (BRASIL, 1988):
 - I. Construir uma sociedade livre justa e solidária;
 - II. Garantir o desenvolvimento nacional;
 - III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- ✓ Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando o aprendizado das diversidades e o combate a toda forma de discriminação e racismo.
- ✓ O Programa do PT para o município de Rondonópolis, também se ampara nas premissas dos princípios e fins da LDB/96, que traz em seu artigo 3.º que o ensino será ministrado tendo por base:
 - I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII. valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX. garantia de padrão de qualidade;
 - X. valorização da experiência extraescolar;
 - XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
 - XII. consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996).

Nossas propostas para a Educação são parte das defesas do Partido dos Trabalhadores e seu itinerário de lutas dos trabalhadores em educação no Brasil.

Política de Educação Escolar indígena

Os povos indígenas têm direito a uma Educação Escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue, multilíngue e comunitária conforme a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar. O objetivo é valorizar, respeitar e preservar a cultura tradicional de acordo com o artigo 210 da Constituição de 1988.

Existem algumas Escolas Indígenas Municipais em Rondonópolis, são elas: Escola Municipal Infantil Toribugo Arua, localizada na MT 130 na Aldeia Indígena Praião (Pré-escola, Ensino Fundamental Anos Iniciais); Escola Municipal Infantil Pobore (Pré-escola e Ensino Fundamental- Anos Iniciais) e Escola Municipal Indígena Leosidio Fermau na Aldeia Tadarimana (Pré-escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais). A educação indígena acontece de forma natural. Ela é ensinada em casa pelos pais, tios, avós e anciãos no dia a dia, na caça, na pesca, na confecção de artesanatos, nos rituais praticados, nas festas tradicionais, nas histórias contadas no amanhecer ou no final do dia. Assim é que o nosso povo ensina as nossas crianças a respeitarem os mais velhos, os anciãos, a espiritualidade e a sua cosmologia.

No ambiente escolar elas aprendem a ler e escrever com os professores indígenas e às vezes não indígenas. Os professores trabalham de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Porém, os ensinamentos são peculiares de cada comunidade de acordo com a sua realidade. A única disciplina diferente na grade curricula é a língua materna (língua Bororo). As formações têm sido de acordo com as necessidades dos professores indígenas. Também participam de outras formações direcionadas a professores da rede municipal.

Os planejamentos seguem as Diretrizes Curriculares de uma escola regular. Portanto, as propostas já elencadas também se aplicam à Educação Escolar Indígena.

A parte burocrática e documentação ficam sob a supervisão e gestão da Secretaria de Educação. Sendo contratados indígenas para o apoio administrativo e a coordenação pedagógica. A manutenção da infraestrutura e aquisição de equipamentos, merenda e materiais pedagógicos fica sob a responsabilidade do município.

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

- ✓ Escolas diferenciadas conforme a Constituição de 1988, com professores e gestores indígenas, com calendários e Projetos Políticos Pedagógicos próprios de acordo com a sua peculiaridade;
- ✓ Criar mecanismos para colocar em prática todas as conquistas alcançadas através de anos de muita luta dos líderes e antepassados indígenas e que ainda seguem lutando para melhores políticas de educação para o povo indígena;
- ✓ Compromisso em observar a Resolução do Conselho Nacional de Educação, em especial a Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação, publicada no Diário Oficial da União, que fixou diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Importantes definições foram aí inscritas e regulamentadas, no sentido de serem criados mecanismos efetivos para a garantia do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada e de qualidade;
- ✓ Ante a apresentação do contexto da Educação Indígena no Município de Rondonópolis, nosso Programa de Governo destaca como questão central para as diretrizes da Educação Indígena contribuir na materialização das lutas históricas no setor, empreendido pela Etnia Bororo.

Política de Educação Escolar do Campo

A Educação do campo no Brasil apresenta em seu histórico um contexto de desafios e contradições. Sua construção está pautada em uma história de luta, conflitos, desde o processo de colonização do estado.

Atualmente, a política nacional da educação do campo não só promove, como também deve resgatar a dívida social frente à obrigatoriedade da oferta de Educação Básica para todas as populações diferenciadas do campo.

Observa-se que para esta concepção de Educação do Campo, se propõe a metodologia participativa e criativa, pois a preocupação não é transmitir conhecimentos vagos, memorizados, mecânicos, pautados no conteudismo, mas um conhecimento em que o conteúdo tenha significado. A proposta central da Educação do Campo é fazer com que o estudante do campo entenda a relação entre a ciência e o cotidiano, sua realidade, os arranjos produtivos locais e regionais. Tal processo educativo deve corresponder as práticas e aos valores do campo, o despertar e a formação de uma mentalidade

cidadã/cidadão, consciente da importância do campo e dos agentes sócio históricos que nele residem.

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

- ✓ A educação do campo trabalha e propõe também um olhar de acordo com as metodologias proposta pelas Orientações Curriculares de Mato Grosso – OC's, que pelas especificidades da Educação do Campo precisam ser inovadoras, criativas e contextualizadas para dar suporte pedagógico a essa demanda educativa diferenciada. Neste foco, pretende-se enfatizar que todos os pensadores, acadêmicos, formuladores, pesquisadores, educadores, governantes, movimentos sociais e educandos são os sujeitos desse processo, à gestão pública municipal cabe criar mecanismos para articulação dos diferentes agentes sócio-históricos-culturais envolvidos no processo;
- ✓ No tocante aos recursos financeiros ressalta-se a importância do Fundo Nacional da Educação Básica-FUNDEB, entretanto é importante salientar a possibilidade de acesso a outros recursos, alocados no orçamento da União e que os municípios podem buscar para as suas Escolas Rurais.
- ✓ É importante considerar a relevância do Programa do Governo Federal (da Era PT) “Caminho da Escola”. Por meio desse programa, Governo Federal ajudou a renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar para garantir a locomoção dos estudantes com segurança, especialmente nas zonas rurais. Por meio deste Programa foram adquiridos em Rondonópolis, 17 ônibus, sendo 15 deles destinados à área urbana. Isso garantiu as condições necessárias para a locomoção da população estudantil até a comunidade escolar e, por conseguinte, a participação com plenitude do processo pedagógico da comunidade escolar. Estas políticas de parcerias precisam ser buscadas pela gestão pública municipal;
- ✓ Do ponto de vista do atendimento, algumas políticas públicas são fundamentais e urgentes a serem implementadas. Programar a oferta das modalidades em todas as unidades do Campo, considerando as necessidades de atendimento de cada comunidade. Ofertar na comunidade todas as modalidades de ensino, resguardando a identidade de estudante do campo com a sua comunidade. Para equacionar essa demanda, é importante a viabilização de unidades escolares pólos, com vistas a aperfeiçoar a oferta do ensino no campo, melhorar a capacidade de investimentos, tendo como referência profissional dessas unidades, os

profissionais da educação, já residentes no campo, na comunidade onde está situada a unidade de ensino. Reafirmando, o vínculo, com a Educação do Campo.

- ✓ É importante ressaltar que o sistema de ensino, frente à crise da PANDEMIA, vem passando por alguns agravantes, necessário que torna necessário reformular formas de atendimento, políticas educacionais considerando os efeitos da crise sanitária e o mundo que aguarda os estudantes pós-pandemia. Dessa forma a Escola tem que estar vigilante com os efeitos da Crise e o retorno às aulas presencial em cada unidade de ensino;
- ✓ Criação de um comitê educacional pós-pandemia, para pensar políticas de protocolos que assegurem o atendimento educacional de estudantes e a integralidade do Currículo presencial.

Políticas de Combate ao Racismo

No Brasil, a população negra representa 56, 10% do número de habitantes, o equivalente a pouco mais de 108,9 milhões de habitantes, sendo as mulheres negras 55,6 milhões. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. A superioridade nos números, no entanto, ainda não se reflete na sociedade brasileira. Embora, pela primeira vez, os negros sejam maioria no ensino superior público brasileiro, devido aos avanços nas Políticas de Promoção da Igualdade Racial implementadas pelo Partido dos Trabalhadores, nos Governos de Lula e Dilma, eles ainda são minoria nas posições de liderança no mercado de trabalho, representamos uma parte ínfima da magistratura brasileira e nos espaços de representação política. Entre aqueles que não têm emprego ou estão subocupados, negros são a maior parte. Também são a maior parte entre as vítimas de homicídio e compõem mais de 60% da população carcerária do país. Se levarmos em conta o agravamento da desigualdade de gênero nesse país, esse número se torna ainda maior e invisibilizado. Não há mais espaço para a nossa inviabilização! É preciso ESPERANÇAR nossos corações e ocuparmos os espaços de debate e poder, cujo maior beneficiado será o nosso povo. A construção desse projeto diz muito sobre o nosso sentimento de todos os dias: o de LUTAR por justiça diante das barbaridades que presenciamos diariamente contra a população negra do Brasil, financiadas por um Estado racista, que faz vista grossa diante da violência que tornam vítimas crianças, jovens, adultos, homens e mulheres.

- ✓ **PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO:**

- Criação de uma Secretaria Municipal de Políticas de Igualdade Racial ou um Fórum Permanente, incentivando a intersecção de informações com outras secretarias para o combate ao racismo;
- Garantir a visita dos órgãos de combate de promoção da igualdade racial à coletivos negros para a divulgação de ações e eventos;
- Criar um sistema de registro e acolhimento nos casos de denúncias de racismo;
- Garantir estrutura material e humana aos órgãos de promoção da igualdade racial e combate ao racismo;
- Monitorar e avaliar a execução do Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Divulgar o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Organizar campanhas de valorização da população negra;
- Planejar estratégias de combate ao genocídio da juventude negra de Rondonópolis;
- Criar o selo “Quilombo dos Palmares” de certificação das instituições de ensino que promovam a implementação das Leis Federais n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008;
- Desenvolver grupos de convivência e rodas de conversa que abordem a temática étnico/racial e cultura afro-brasileira, durante todo o ano.;
- Formação humanizada em todas as esferas do setor público.

✓ **EDUCAÇÃO:**

O eixo temático “Educação” envolve as propostas relativas à promoção da igualdade racial nos estabelecimentos educacionais no Município de Rondonópolis, com ênfase na efetivação da Lei Federal n. 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e da Lei Federal n. 11.645/2008, que versa a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena.

- Criar calendário permanente de eventos da cultura e história africana para a comunidade escolar da rede municipal de educação;
- Fomentar a adoção do quesito raça/cor nos formulários adotados pela rede particular de ensino;
- Implantação de escolas públicas multiculturalistas ou pluriculturalistas que contemplem a cultura Afro-brasileira;

- Inserção da capoeira como prática esportiva nas escolas;
- Ensino religioso facultativo, e que contemplem as religiões de matriz africana;
- Promover campanhas educativas de combate ao racismo e discriminação religiosa nos estabelecimentos de ensino público e privado;
- Oferecer cursos de formação continuada e obrigatória sobre as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, para profissionais da educação;
- Trabalhar na educação as diversas culturas e matrizes que formam a identidade brasileira;
- Divulgar nas escolas o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial, bem como as leis relacionadas ao tema;
- Atribuir pontuação específica aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação que possuam certificações como comunicadores orais, apresentação de pôsteres em seminários, mostras ou promovam outras ações formativas às questões étnico-raciais;
- Promover formação voltada à temática étnico-racial nas reuniões semanais de trabalho dos gestores escolares;
- Criar políticas de acesso e permanência de pessoas na Educação de Jovens e Adultos;
- Formação étnico/racial aos professores da Educação de Jovens e Adultos;
- Ampliação do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares;

✓ SAÚDE

O eixo temático “Saúde” envolve as propostas relativas à promoção da igualdade racial na rede municipal de Saúde, com ênfase na erradicação do racismo institucional e implementação da Política de Saúde da População Negra.

- Garantir o uso do quesito raça/cor nos formulários de cadastro do sistema municipal de saúde;
- Implantar o Programa de Combate ao Racismo Institucional na rede municipal de saúde;
- Acessibilidade ao SUS;
- Desenvolver ações de combate à discriminação religiosa juntos aos agentes comunitários de saúde;
- Implantar política de humanização dos serviços com todos os profissionais da rede municipal de saúde;
- Fiscalização dos atendimentos insuficientes e preconceituosos na rede pública de saúde;
- Inserir conteúdos de voltados à saúde da população negra na programação televisiva veiculada nas unidades de saúde do município;

- Implantar o programa de atenção integral à saúde de pessoas com vitiligo e albinismo;
- Garantir campanhas de exames preventivos com foco em homens e mulheres negros (a);
- Introduzir a abordagem étnico-racial nos processos seletivos da rede municipal de saúde;
- Garantir o recorte étnico-racial nos programas de atenção integral aos usuários de substâncias psicoativas e de saúde mental;
- Inserir a política de saúde da população negra no Plano Municipal de Saúde;
- Garantir a produção e divulgação de informações sobre a saúde da população negra;
- Implementar a política de atenção à saúde integral da população negra.

✓ **SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**

O eixo temático “Segurança Pública e Justiça” envolve as propostas relativas à promoção da igualdade racial na área, combatendo o racismo institucional, a violência policial e a discriminação da população negra, pobre e periférica.

- Ampliar recursos sobre a promoção da igualdade racial, direitos humanos, combate ao racismo e discriminação;
- Garantir a apuração de denúncias de racismo pela Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Rondonópolis;
- Solicitar ao Estado a criação da Delegacia de crimes raciais, discriminação religiosa e xenofobia no Município;
- Solicitar ao Estado a inserção do quesito raça/cor nos formulários de ocorrências policiais;
- Fomentar a discussão e elaboração de estratégias voltadas ao combate do genocídio dos jovens negros rondonopolitanos;
- Promover o debate sobre prevenção à violência e a discriminação racial nas escolas;

✓ **MORADIAS E POLÍTICAS URBANAS**

O eixo temático “Moradias e Políticas urbanas” envolve as propostas relativas à promoção da igualdade racial na área, combatendo o racismo ambiental e fomentando o acesso à moradia pela população negra e pobre do Município de Rondonópolis;

- Incluir o quesito raça/cor nos cadastros de moradia da Secretária de Habitação;
- Implementação de políticas públicas que assegurem o direito à moradia adequada da população negra de Rondonópolis que vivem em áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação;

- Construção de moradias de interesse social;
- Urbanizar lotes de famílias baixa renda;
- Regularizar as ocupações do Município com documentação e registro em cartório;
- Promover o aproveitamento de áreas ociosas que não cumprem a função social, a fim de diminuir o déficit habitacional;
- Implementação de políticas de saneamento básico nos bairros periféricos de Rondonópolis.

✓ **CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:**

O eixo temático “Cidadania e Direitos Humanos” envolve propostas relativas à transversalidade das políticas públicas de promoção da igualdade racial, que devem considerar os demais âmbitos de Direitos Humanos e Cidadania.

- Oferecer formação e capacitação específica sobre violações de direitos humanos nos Centros de Referência de Assistências Sociais;
- Humanização e melhoramento das atividades de Promoção e Assistência Social no Município de Rondonópolis;
- Promover alocação social as pessoas em situação de rua, tais como: cidadania plena, moradia digna, emprego e renda;
- Descentralizar os atendimentos dos Centros de Referências;
- Desenvolver sociais de combate à exploração do trabalho infantil;
- Promover por meio do enfrentamento ao racismo, sexismo institucional, desigualdade de gênero, LGBTfobia, a inserção e a ascensão da população negra e dos povos indígenas no setor público e privado, em condições de equidade, possibilitando e a mobilidade nos cargos, nos diferentes níveis hierárquicos, inclusive em instâncias de poder;
- Estabelecer políticas de saúde específicas para corpos negros trans, garantindo que travestis, transexuais negras, homens trans negros tenham um atendimento humanizado em um Sistema de saúde inclusivo;

✓ **CULTURA**

O eixo temático “Cultura” envolve propostas de ações relativas à promoção da igualdade racial na área, com a manutenção, preservação e divulgação da cultura afro-brasileira no município de Rondonópolis

- Criar um Distrito Cultural em Rondonópolis, garantir que a cultura afro-brasileira esteja presente nele;
- Implementação e difundir políticas de reconhecimento, registro, tombamento, salvaguarda e preservação do patrimônio material e imaterial relacionado à cultura negra e indígena;
- Promover ações culturais que consolidem a cultura afro-brasileira e indígena;
- Apoiar e promover a produção de conhecimento sobre patrimônio cultural das populações negras e indígenas;
- Elaborar, promover e apoiar ações que contemplem a cultura africana e indígena. Disponibilizar espaços para que a comunidade de matriz africana desenvolva atividades relacionadas a cultura, dança, esporte, entre outras;
- Promover e apoiar ações sobre os temas: sustentabilidade, economia criativa, responsabilidade social, gestão de bens culturais e inclusão social;
- Promover, apoiar, fortalecer e incentivar o intercâmbio cultural interestadual e Brasil-África;
- Incentivar e fomentar a criação de museus, centros e casas culturais afro em Rondonópolis;
- Apoiar a criação de Rádio Educativa que tenham programação específica que veicule músicas africana, afrodescendente e indígena;
- Promover ações culturais nas datas históricas das comunidades negras e no Mês da Consciência Negra;
- Organizar oficinas e ações culturais nos bairros e vilas com alto índice de vulnerabilidade social;
- Divulgar as atividades culturais afro-brasileiras da cidade, com aproveitamento dos espaços públicos nos bairros para a realização de atividades no geral;
- Garantir a distribuição de ingressos para eventos culturais à pessoas de baixa renda;
- Promover a descentralização de todas as atividades culturais em Rondonópolis;
- Aquisição de materiais de literatura negra e indígena para serem distribuídos nas bibliotecas públicas municipais;

✓ **TURISMO**

O eixo temático “Turismo” envolve as propostas de ações relativas à promoção da igualdade racial na área, com ênfase no fomento ao turismo étnico no Município de Rondonópolis.

- Mapear e divulgar os pontos turísticos, apontando e sinalizando o papel do povo negro em cada um desses pontos;
- Mapeamento dos pioneiros e personalidades negras de Rondonópolis;
- Proteger, difundir e valorizar o turismo étnico, gastronômico e religioso, que preservem a memória e o legado do povo afro-brasileiro;
- Fomentar ações empreendedoras ligadas direta e indiretamente ao turismo, que garantam a inserção das pessoas negras;
- Disponibilizar às comunidades carentes cursos associados ao desenvolvimento turístico de Rondonópolis;

✓ **ESPORTE E LAZER**

O eixo temático “Esporte e Lazer” envolve as propostas de ações relativas à promoção da igualdade racial na área, com ênfase no fomento ao acesso da população negra às práticas desportivas e aos equipamentos públicos do esporte e lazer, especialmente periferias.

- Garantir a manutenção, preservação e segurança das praças de esportes descentralizadas;
- Inserção da capoeira nas escolas municipais;
- Fomentar o pleno acesso da população negra às práticas desportivas;
- Fomentar a prática de esportes em espaços públicos nas periferias de Rondonópolis, inserindo a capoeira e a atividade esportiva monitorada;
- Garantir a promoção de atividades esportivas em datas comemorativas, respeitando a intergeracionalidade;
- Garantir a integração com os demais aparelhos públicos para maior acesso da população às atividades esportivas;

✓ **LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA RELIGIOSA**

O eixo temático “Liberdade de Consciência e de Crença Religiosa” envolve as propostas de ações relativas à promoção da igualdade racial e liberdade religiosa no Município de Rondonópolis, especialmente no que diz respeito à religiosidade de Matriz Africana, prevenção de violações de seus templos e violência contra seus praticantes.

- Elaborar e divulgar material informativo sobre as religiões de matriz africana, a fim de combater a discriminação religiosa a seus praticantes;
- Garantir a participação de representantes de religiões de matriz africana em comissões, conselhos, colegiados e fóruns que tratem a temática religiosa;

- Garantir a participação de representantes de religiões de matriz africana em campanhas e eventos de caráter inter religioso, realizados pelo Município;
- Coibir a exploração comercial e desrespeitosa, bem como a folclorização de símbolos e signos de religiões de matriz africana e de outras religiões por qualquer meio de comunicação;
- Realizar e promover anualmente, fórum municipal inter religioso;
- Promover o respeito ao livre exercício do culto religioso de matriz africana;
- Realizar, em parceria com a Universidade Federal de Rondonópolis, o georreferenciamento dos templos de religião de matriz africana no Município de Rondonópolis;
- Implantar o programa de regularização fundiária dos templos de religiões de matriz africana;
- Promover palestras e campanhas educativas sobre o reconhecimento da imunidade tributária as entidades religiosas sem fins lucrativos;
- Criar mecanismos de consolidação das leis de preservação das comunidades de matriz africana;

✓ **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E RENDA**

O eixo temático “Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda” evolve as propostas e ações relativas à qualificação profissional da população negra e sua inclusão no mercado de trabalho formal, estímulo do afro empreendedorismo, promovendo assim, igualdade de oportunidades para essa população.

- Garantir oferta de cursos promovidos pelo Município, com reserva de 40% para negros e pessoas de baixa renda;
- Promover a inserção das pessoas LGBTQ+ no mercado de trabalho e no setor público;
- Fomentar o desenvolvimento das sociedades empreendedoras constituídas por pessoas negras, instaladas, sobretudo, em regiões periféricas de Rondonópolis;
- Combater o racismo e a discriminação institucional e religiosa no mercado de trabalho, por meio de capacitações e campanhas institucionais;
- Garantir o estímulo e financiamento de iniciativas de geração de trabalho e renda para as comunidades tradicionais negras;
- Criar políticas públicas de reinserção do egresso no mercado de trabalho;
- Criar o selo étnico a fim de prestigiar empresas que criarem cotas de contratação de pessoas negras, com recorte de gênero e que respeitem a diversidade sexual;

- Incentivar e desenvolver a cultura de cotas raciais nas empresas do Município;
- Fiscalização frequente do mercado de trabalho, afim de promover a igualdade salarial, independente de raça, sexo e gênero

✓ **JUVENTUDE NEGRA**

O eixo temático “Juventude Negra” envolve as propostas de ações voltadas à efetivação dos direitos das jovens negras e dos jovens negros, promovendo a igualdade racial e o combate ao racismo, com ênfase na desconstrução da cultura da violência, inclusão econômica e social e transformação de territórios.

- Atenção e acompanhamento dos jovens e responsáveis em situações de conflitos;
- Realizar programas específicos para dependentes de substâncias psicoativas, dando ênfase a criança, adolescente a ao jovem negro, bem como assistência aos familiares;
- Democratizar o acesso da juventude negra ao esporte e ao lazer, por meio do desenvolvimento de projetos esportivos nas comunidades;
- Estabelecer políticas públicas culturais permanentes direcionadas a juventude negra;
- Garantir bolsas de estudo à juventude negra para formação e qualificação como artistas e agentes culturais;
- Desenvolver políticas que priorizem o jovem negro enquanto protagonista de ações culturais no Município;
- Assegurar a formação e o acesso às tecnologias de informação pelos estudantes da rede municipal;
- Criar e fortalecer ações políticas juvenis (grêmios, associações, movimentos sociais, entidades esportivas), garantindo suas autonomias;
- Criar políticas públicas para inserção do jovem negro no mercado de trabalho;
- Criar programa de apoio e fomento à juventude negra para estimular o empreendedorismo;
- Divulgar ações e eventos específicos da juventude negra nos estabelecimentos públicos do Município;
- Criar políticas públicas de reinserção de jovens egressos do sistema penitenciário e centros de custódia.

✓ **AÇÕES AFIRMATIVAS**

O eixo temático “Ações Afirmativas” envolve as propostas de programas e medidas especiais a serem adotadas pelo Poder Público Municipal e também pela iniciativa privada para a correção de desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades para a população negra, que constitui um grupo étnico historicamente discriminado no Brasil.

- Destinar 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo Município.

✓ **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

O eixo temático “Meios de Comunicação” envolve as propostas de ações relativas à promoção da diversidade racial nos informativos e peças publicitárias produzidos ou contratados pelo Poder Público Municipal, fomento ao acesso da população às informações sobre políticas públicas, programas e ações de âmbito municipal.

- Criar cotas de no mínimo 40% de representantes da população negra nas propagandas do Município;
- Divulgar e promover movimentos, ações, programas e políticas públicas culturais utilizando os meios de comunicação e espaços públicos,
- Disponibilizar internet gratuita em todas as praças públicas, espaços de lazer e órgãos da administração pública;
- Divulgar os meios e números de telefones que sejam possíveis fazer denúncias de discriminação racial e religiosa.

✓ **CRIAÇÃO E GESTÃO DO ESTATUTO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

O eixo temático “Criação e Gestão do Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial” envolve as propostas de ações relativas à construção de estratégias que garantam o cumprimento e metas estabelecidas no Estatuto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

- Criação do Estatuto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

- Criar um conselho para monitorar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Estatuto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, constituídos por representantes indicados pelo Poder Públicos e representantes da sociedade civil.

Política para mulheres

A necessidade de pensar políticas diferenciadas para mulheres se ampara no histórico de desigualdades vividas pelas mulheres, estruturada em relações patriarcais e machistas que têm negado à mulher o seu lugar no mercado de trabalho, na equidade política, no direito em receber salários em condições de igualdade.

O Programa de Governo do PT de Rondonópolis retomará a centralidade das políticas para as mulheres, afirmando o protagonismo das mulheres em todos os espaços, por meio de políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres, a igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres.

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA MUNICIPAL VOLTADA PARA AS MULHERES

✓ Criação da Secretaria da Mulher, responsável pela garantia de direitos da mulher em face do contexto de desigualdade de poder e violência de gênero verificado na sociedade, em consonância com o princípio da dignidade humana e demais direitos humanos. Visa, desse modo, o fim da cultura da opressão e a diminuição dos números alarmantes de violência e desigualdade. De forma que sejam garantidos os preceitos constitucionais garantido nos marcos nacionais dos direitos da mulher:

I - Lei 9.504/1997: Estabelece normas para as eleições;

II- Lei 10.778/2003: Lei da Notificação Compulsória dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos em serviço de saúde pública ou privada;

III- Lei 11.340/2006: Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

IV- Lei 12.015/2009: Dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual;

V- Lei 12.034/2009: Altera lei 9.504/1997, e inclui como objetivo promover e difundir a participação política feminina (entre outros);

VI- Decreto no. 7.393/2010: Dispõe sobre o funcionamento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher;

VII- Decreto no. 7.958/2013: Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde;

- VIII- Lei no. 12.845/2013: Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;
- IX- Decreto no. 8.727/2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- X- Emenda Constitucional no. 72/2013: Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os/as trabalhadores/as domésticos/as e os/as demais trabalhadores/as urbanos e rurais;
- XI- Lei no. 13.104/2015: Altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos;
- XII- Lei Complementar no. 150/2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

- ✓ Garantir direitos para as mães trabalhadoras por meio do investimento em creches de tempo integral;
- ✓ Promoção da saúde integral da mulher para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e fortalecimento da perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTIQ+ na educação e demais políticas públicas.

Políticas da Direitos para a população LGBTIQ+

- ✓ Promoção do direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+ , com prioridade para as pessoas em situação de pobreza;
- ✓ Criação de mecanismos para a criminalização da LGBTIfobia por meio da constituição de uma rede de enfrentamento à violência contra a população LGBTIQ+;
- ✓ Promover a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais para que implementem políticas de combate à discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero.
- ✓ Investimento na saúde integral LGBTIQ+ e implementação de programas e ações de educação para a diversidade, enfrentamento ao “bullying” e reversão da evasão escolar;
- ✓ Implementação de políticas para enfrentar a mortalidade das pessoas travestis e transexuais e atuação junto aos travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade para concluírem o ensino fundamental e médio, articulado com formação profissional.
- ✓

Políticas para Esporte e Lazer

Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social, constitucionais, e que vêm ganhando maior ênfase enquanto políticas públicas, nos últimos anos. Garantir acesso com qualidade da universalização, permite o desenvolvimento da nossa cidadania. Além disso, esporte e lazer envolvem também o aspecto da competição, que é intrínseca do ser humanos desde os tempos antigos, da confraternização, do respeito mútuo, disciplina, cuidados com a saúde corporal e mental além de poderem ser eventos festivos.

A importância da comunidade em interagir nos espaços públicos de lazer, com utilização plena e democrática, é fundamental. Isso possibilita melhor qualidade de vida, a busca do prazer, dos relacionamentos, da saúde, das aprendizagens, da prática esportiva e da recreação. O esporte e o lazer devem estar à disposição da comunidade, com políticas públicas para gerir, fomentar, manter, criar espaços e organizá-los, na dimensão adequada, na cidade. Cabe ao cidadão demandar e participar dessa política em todas as instâncias, exercendo a cidadania e utilizando-se de um direito constitucional para viabilizar o lazer e o esporte em todas as fases da sua vida.

As cidades enquanto espaços de vivência das pessoas enquanto indivíduo, mas também em grupos, deve possibilitar através das atividades de esporte e lazer uma melhor qualidade de vida das pessoas, não só através da sensação de bem estar, ou melhor condição de vida, mas também a partir da potencialidade que lhe cabe de transformar o indivíduo ou grupo, gerando deste forma condições que permitam a democratização e acesso universal destes serviços.

O esporte é uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Jovens e adultos de nossos dias, carentes de valores éticos e morais encontram no esporte incentivo a essas conquistas aliadas a sentimento de cooperação e amizade. Ante estas necessidades, o partido dos trabalhadores de Rondonópolis, Mato Grosso, propõe desenvolver políticas públicas no âmbito da iniciação esportiva e de atividade física, para serem aplicadas em todo o território de abrangência do Município.

O Partido dos Trabalhadores de Rondonópolis-MT através deste grupo de trabalho (GT), nesta etapa, propõe parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e empresas Centros de Iniciação Esportiva. A cooperação por parte das Secretarias se daria

na formulação destas políticas e no acompanhamento técnico-científico e de consultoria às Secretarias Municipais de Esporte, disponibilizando profissionais e técnicos para o suporte necessário às atividades propostas. Propõe também parcerias entre as esferas de poder, municipal, estadual e federal, a partir de implementação de projetos e programas pré-existentes, assim como através da arrecadação de recursos para implementação de novos projetos. Parceria com as bancadas municipal, estadual e federal para a aquisição de recursos através de emendas parlamentares; parcerias com o setor privado através da garantia de isenção fiscal de tributos municipais para o investimento em projetos desta área.

Difundir a prática de esportes e lazer através das atividades de iniciação esportiva para crianças e jovens, restaurando a estrutura já existente em escolas e espaços municipais, também através da criação de novos espaços, descentralizando as ações esportivas e de lazer nos vários bairros do município com a finalidade de levar até as pessoas os serviços públicos em questão, melhorando a mobilidade urbana, e contribuindo para o desenvolvimento humano, social, esportivo e de saúde das pessoas, diminuindo deste forma a morbimortalidade no município, assim como afastando nossa juventude das drogas e da criminalidade. Além disso, tornar Rondonópolis, considerando suas potencialidades, um grande pólo de atletas de alto rendimento, permitindo desta forma o surgimento de atletas olímpicos.

METAS: Atender o município de Rondonópolis, no campo e cidade, através deste projeto que tem alcance de 12 anos; fazer gestão do esporte e do lazer; reforma, construção e ampliação da infraestrutura esportiva e de lazer.

Ações de curto prazo:

- ✓ Orçamento impositivo para a secretaria de esportes e lazer, garantindo aumento na disponibilização de recursos, assim como, disponibilizar a prestação de contas para a população de forma ampla através de recursos visuais como outdoors, assim como de forma eletrônica através do site da prefeitura;
- ✓ Canalizar recursos da loteria;
- ✓ Buscar financiamento de projetos através de emendas parlamentares;
- ✓ Garantir através da nova secretaria de segurança pública municipal, a segurança dos espaços públicos para a prática de esportes e lazer, em tempo integral;
- ✓ Envolver a comunidade em atividades esportivas e de lazer organizando espaços de lazer, recreação e atividades esportivas;

- ✓ Incentivo às atividades de corrida de rua e competições de ciclismo, através de melhor planejamento de mobilidade urbana, readequando nossas ruas e avenidas, assim como criando um calendário de competições anual;
- ✓ Criação das escolinhas de formação de atletas esportivos nas diversas modalidades a partir das escolas municipais e estaduais, inicialmente com convênios com professores contratados e em segundo momento através de concurso público para profissionais a partir da secretaria de esportes e lazer;
- ✓ Apoio aos projetos de esporte e lazer já existentes, dentro da licitude, garantindo-lhes recursos para manutenção e ampliação;
- ✓ Garantir que novos projetos de instalações esportivas sejam realizados e executados dentro das normas oficiais;
- ✓ Adequar os espaços existentes aos diversos grupos, inclusive os portadores de deficiência física, através de acessibilidade correta;
- ✓ Aumento de academias públicas estruturadas, que contemplem a quantidade mínima, adequada e necessária de equipamentos para a realização de atividades físicas, cobertas, e com bancos;
- ✓ Disponibilizar nas instalações esportivas municipais espaços para atividades físicas complementares, inclusive para grupos especiais como a “melhor idade”, gestantes, cardiopatas, diabéticos, hipertensos, através de parceria com a secretaria municipal de saúde pelas unidades de saúde da família (USB), fomentando a prática de atividades como yoga, atividades orientais e outras atividades funcionais;
- ✓ Parceria com as secretarias de educação, assistência social, cultura e saúde para o desenvolvimento de atividades integradas a partir da visão de eixos transversais de políticas públicas;
- ✓ Garantia, através das parcerias supracitadas, de equipe multidisciplinar para garantir condições adequadas de saúde para os projetos descentralizados, com crianças, jovens adultos e idosos, desde a iniciação esportiva até atletas de alto rendimento, através da presença de profissionais médicos, de enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, odontologia e fisiologia;
- ✓ Democratizar o acesso à escola para prática de atividade esportiva nos finais de semana;
- ✓ Ampliar o acesso e a segurança dos espaços públicos de lazer e recreação;

- ✓ Incluir atividades para reeducação postural e melhora na biomecânica, para atenuar as dores crônicas frequentes na população, incluindo empresas privadas, através de parcerias;
- ✓ Cumprimento do bolsa atleta;

Ações de médio prazo:

- ✓ Criação de ambulatórios de saúde para o aperfeiçoamento físico ou recuperação, através da secretaria de saúde ou parceria com as universidades;
- ✓ Criação do bolsa técnico;
- ✓ Construção de um grande Centro Poliesportivo para atletas de alto rendimento que possa abrigar diversas modalidades esportivas tanto de esportes profissionais, como amadores; olímpicos, paralímpicos; individuais ou coletivos(exemplo- esportes aquáticos, atletismo, futsal, vôlei, basquete, handebol, artes marciais, xadrez, esportes “radicais”, esportes de areia, entre outros), e que possa conter estrutura de alta qualidade, com espaços de dimensões oficiais, incluindo piscina olímpica ou semi-olímpica, assim como estrutura administrativa, de formação e de recuperação/tratamento/condicionamento médico, nutricional, fisioterápico e de fisiologia;
- ✓ Aquisição de ônibus próprio para o transporte de atletas para competições;
- ✓ Reforma, ampliação e readequação das praças públicas, garantindo urbanização, paisagismo adequado, iluminação com *led* e segurança, ofertando espaços de lazer e para a prática esportiva. Construir novas praças de forma descentralizada, possibilitando a chegada destes serviços públicos até os bairros mais periféricos da cidade;
- ✓ Construção de parques municipais que valorizem nossa flora e fauna local, possibilitando a educação ambiental neste espaços ao mesmo tempo que fornece ambiente para o lazer da comunidade;
- ✓ Concurso público para profissionais a partir da secretaria de esportes e lazer, com garantia de PCCS adequado que vise a elevação garantindo a formação contínua e permanente, com capacitação, melhor qualificação profissional;
- ✓ Promoção de eventos esportivos e de lazer regulares no município, estudantis ou abertos. Incentivar e garantir a participação das equipes/seleções municipais em eventos de abrangência estadual, nacional ou internacional;

- ✓ Elaboração de projetos e programas de esporte e lazer para o município, priorizando atividades de acordo com o perfil da população;
- ✓ Adquirir materiais esportivos de qualidade e em quantidade suficiente para as unidades da rede pública de ensino, assim como para demais seleções que representem o município em competições de quaisquer abrangências;
- ✓ Parceria entre a Secretaria Municipal de Educação na realização e participação em eventos esportivos, assim como no planejamento e execução de gincanas;
- ✓ Fomentar ações em espaços gratuitos, públicos ou privados, para lazer e recreação da população;
- ✓ Conservação espaços públicos na cidade em ambientes naturais que favoreçam a prática de atividades físicas, esporte e lazer, como pistas de caminhadas em parques, melhorias das calçadas, praças, quadras ao ar livre, entre outros locais favoráveis às atividades;
- ✓ Promover integração entre a comunidade do bairro com ruas de lazer, encontros dançantes, jogos de mesa, torneios de equipes, gincanas e outras;
- ✓ Criar parcerias com a Secretaria de Educação, Assistência Social; Associação dos Pais e dos Amigos Excepcionais, (APAE) e Clube da Melhor Idade;
- ✓ Inclusão do profissional de Educação Física no programa saúde da família;
- ✓ Promover a participação dos profissionais de Educação Física em encontros públicos com foco na promoção e prevenção da saúde;
- ✓ Relatórios anuais sobre atendimento e avaliação das atividades em andamento;
- ✓ Realizar Fóruns de discussão Municipais, que discutam a situação do esporte e lazer no município;
- ✓ Estimular a pesquisa e avaliação dos projetos já existentes;
- ✓ Promover momentos para orientação com palestras e atividades educativas para a população (saúde e aptidão física);
- ✓ Inclusão de profissionais de Educação Física nas academias ao ar livre;
- ✓ Instalar placas de orientação nas academias ao ar livre, sobre o uso dos aparelhos de ginástica;
- ✓ Construir e implantar mesas e bancos para jogos de mesa próximos às academias de ginástica ao ar livre, praças e locais de lazer na cidade;
- ✓ Estimular apoiar torneios de jogos de mesas e jogos de Bocha;
- ✓ Conservar e padronizar as calçadas e passeios públicos que favoreçam o deslocamento a pé;

- ✓ Desenvolver festivais e jogos na comunidade;
- ✓ Desenvolver autonomia da comunidade em relação à organização de atividades de recreação, lazer e esporte em seu bairro;
- ✓ Otimizar os espaços do estádio Lutherio Lopes e ginásio Marechal Rondon através de sua disponibilização enquanto espaço multiuso, após readequação, permitindo maior acesso da comunidade a essas instalações;
- ✓ Garantir a participação e controle social nas políticas públicas.

Políticas de Assistência Social

O Grupo de Trabalho responsável por pensar as Políticas de Assistência Social para o Município de Rondonópolis, registra a importância de se debater a constituição da pobreza em nosso território, um instrumento de estigmatização que em geral recai sobre trabalhadores que migraram por diversas regiões do Brasil em garimpos, derrubadas de florestas, nas fazendas, realizando todo tipo de trabalho como derrubada de cercas ou limpeza do terreno para plantio, ou limpeza das áreas já cultivadas. As opções históricas do Estado Brasileiro pela grande propriedade capitalista que resultou nas empresas agrícolas, concentradoras de terra, capital e renda, negaram a trabalhadores e trabalhadoras a garantia de suas condições materiais de existência. Esse é o cenário histórico da constituição de vulnerabilidade social.

As propostas aqui reunidas pretendem fortalecer a assistência às populações historicamente marginalizadas que ocupam os cenários da pobreza, o município carrega a triste marca de ter 5 mil famílias sem as mínimas condições de existência, sem acesso sequer a alimento em suas mesas. Apresentamos um olhar sensível para políticas ligadas à infância, ao atendimento dos idosos e das idosas, ao cuidado com as Pessoas com Deficiência (PCDs) priorizando a qualificação e seguridade das pessoas que trabalham com as populações que necessitam de Assistência Social.

PROPOSTAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- ✓ Efetivação de Políticas Públicas para a Primeira Infância e para as crianças, amparada nos pressupostos da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é imprescindível que sejam garantidos os direitos da criança. Para tanto, é importante que seja assegurado o direito à vida, saúde, alimentação, a educação, o brincar e o lazer, a cultura, o meio ambiente sadio e proteção contra toda e qualquer forma de violência

- ✓ Promover formação continuado para o Conselho Tutelar priorizando as perspectivas do direito da criança;
- ✓ Fortalecimento das Políticas Públicas de assistência social para os idosos e as idosas (transporte) prevenção de violência doméstica (atendimento primário, seja na saúde, assistência, previdência);
- ✓ Profissionalização das equipes multidisciplinares que atuem no Conselho do Idoso (Assistente Social, Psicólogos), destinando as equipes para estes fins desde o momento dos Concursos Públicos;
- ✓ Garantia das sedes da Previdência social nos municípios (garantia dos serviços sociais nestas instituições);
- ✓ Manter campanhas permanentes no combate à todas as formas de violência contra as mulheres e trabalho de formação da consciência crítica em parceria com as universidades (pesquisa ação);
- ✓ Qualificação profissional para mulheres em condição de violência domésticas;
- ✓ Políticas de inclusão para Pessoas Com Deficiência (Estatuto dos PCDs);
- ✓ Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS: aprovação da lei do SUAS;
- ✓ Concurso público para o SUAS, segundo Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos-NOB RH;
- ✓ Construção da sede para secretaria municipal de assistência social ;
- ✓ Criação da escola do SUAS, para educação permanente dos servidores;
- ✓ Ações efetivas para erradicação da fome, principalmente entre as mais dec5 mil famílias em situação de extrema pobreza;
- ✓ Políticas públicas para população em vulnerabilidade social, políticas de acolhimento por meio da implantação de albergues municipais;
- ✓ Capacitar os profissionais da saúde, educação e da rede socioassistencial em geral a partir de uma perspectiva multiprofissional para lidar com o abuso do álcool e de substâncias psicoativas;
- ✓ Construção de banheiros públicos, com chuveiros quentes e vasos sanitários para uso da população em situação de rua;
- ✓ Concretização da política nacional para pessoas em situação de rua, conjuntamente com a saúde, educação e direitos humanos;
- ✓ Promover a organicidade de gestão na Secretaria de Assistência Social.

Políticas para Agricultura

As propostas para a agricultura no Município de Rondonópolis é fruto de uma construção coletiva na qual, diversos agentes sócio-históricos ligados(as) ao setor agrícola destinado a produção de alimentos e motivados(as) pela crença na justiça social, mediada pela vontade atuante de transformação. As propostas que passam a compor o Programa de Governo do PT Rondonópolis e têm como foco a Agricultura Familiar, pensada de forma criativa, articulando ao Programa o compromisso de gestão com assentados, produtores de hortas e toda a diversidade de produtores rurais que necessitam de Políticas de Gestão Pública para a melhoria da qualidade de suas vidas e da vida de toda a população do município que poderá ter acesso à alimentação de qualidade.

A construção da territorialidade do município de Rondonópolis foi marcada pela concentração territorial, em grande medida estimulada e financiada pelo Estado. Em nosso município impera a grande propriedade, cenário de concentração territorial que também impera na maior parte do território brasileiro. No caso específico de Mato Grosso, é importante ressaltar a complexa e diversificada questão agrária. O processo de (re)ocupação do espaço, nas fronteiras de Mato Grosso, foi planejada pelos Governos Federal e Estadual, sem levar em conta problemas sociais e ambientais.

Aos grandes empresários, o governo ofereceu crédito subsidiado, incentivos fiscais e apoio logístico. Para os agricultores pobres ele acenou com a possibilidade de lotes em projetos de colonização e assentamentos rurais, em geral distantes da cidade, sem infra-estrutura, sem apoio técnico ou financeiro.

O resultado deste processo foi pouco favorável aos migrantes pobres, sobretudo para os que passaram a se dedicar à produção de alimento em territórios camponeses. Na construção das propostas com ênfase na Agricultura Familiar do município de Rondonópolis é importante ressaltar a diversidade deste território, inversamente ao que o discurso hegemônico apresenta que somos o território do agronegócio, produtor de soja, algodão e gado. Em nosso município a pequena propriedade está bastante presente e precisa ser incentivada por meio de uma atuação comprometida do poder público municipal. Entre tal diversidade destacamos a presença de pequenos produtores que se estabeleceram no município por meio de um processo de migração espontânea acessaram terras na região no início do século XX.

As pequenas propriedades são resultantes de um processo histórico de ocupação e fragmentação da terra através da sucessão por herança ou doação. Os sete

assentamentos existentes no município, somado com os produtores de hortas urbanas e as Terras Indígenas, ajudam a compor esta diversidade territorial sobre a qual tratamos.

Este quadro de diversidade territorial nos coloca a necessidade de pensar práticas sustentáveis e saudáveis de cultivo agrícola que não é algo fácil e requer um intenso debate com toda a sociedade, para que as propostas sejam transformadas em princípios.

Ressalta-se a importância do município de Rondonópolis para toda a Região Sul do estado de Mato Grosso, desta forma nosso Programa de Governo deve estar articulado com políticas de desenvolvimento que podem beneficiar todas as cidades que estão no entorno do nosso município. O programa é de Rondonópolis, mas beneficiará toda a população do Sul do estado, visto que Rondonópolis é um polo e por este motivo influencia em todos os outros municípios, então nosso programa carrega este compromisso. A eleição de um prefeito do Partido dos Trabalhadores se constitui na eleição de uma liderança de nível estadual com influência em todo o Estado.

Em relação a agricultura familiar, reiteramos um dado real, no Brasil aproximadamente 70% da Alimentação é da Agricultura Familiar. No mundo chega a 80%, a maior parte da agricultura no mundo é da Agricultura Familiar. Então nós não podemos pensar agricultura só na Perspectiva da grande produção monocultural. Agricultura Familiar, ultrapassa ela envolve todo, conjunto da sociedade e precisa ser pensada em uma relação com todos os outros programas, do município. Entendemos que é agricultura familiar é, parte concreta dinâmica, de toda ação do município. Porque ela qualifica a existência humana em várias dimensões.

Nosso Programa de Agricultura dialoga, com a Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Esporte, Meio Ambiente e todas as outras esferas econômicas do município. Temos consciência de que não é possível falarmos do planejamento municipal, sem o envolvimento com a Zona Rural.

PROPOSTAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

- ✓ Incentivar a produção agrícola da agricultura familiar para que seja garantido o que dispõe a Lei nº11.947, de 16/6/2009, estabelecendo que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades;
- ✓ Incentivar a produção local, com incentivo aos hortifruganjeiros, desde a assistência técnica, passando pela produção e compra dos gêneros produzidos, de

maneira que seja minimizado a compra destes alimentos em outros municípios, promovendo a soberania do município na produção de alimentos saudáveis.

- ✓ Apoiar e investir no trabalho de recuperação das Nascentes, destacando que o este trabalho pode garantir a fixação das pessoas no território, com atividades que, ao mesmo tempo em que garanta a preservação ambiental, torne o espaço produtivo. A proposta é criar uma área de preservação nativa no entorno da nascente, sucedida por uma área de cultivo de frutíferas e também de castanhas nativas com enorme potencial de comercialização. Políticas aliadas a preservação e conservação de todos os rios que atravessam o município de Rondonópolis, em especial o Rio Arareau, que por ser um rio que nasce e deságua em nosso território, pode nos garantir soberania hídrica;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de uma área de Cinturão Verde no entorno do município, garantindo a estruturação dos pequenos produtores que já estão nestas áreas e também adquirindo lotes de terra com sistema de água e com possibilidade de captação das águas de chuvas. Estas pessoas receberão incentivo para criarem alternativas produtivas em seus territórios tais como. ligação de irrigação para energia solar, estruturando a produção e possibilitando que a produção seja feito em cima de pesquisas, de consumo de quantidade de produção, para não ter excedente para perder, tudo mediado pelo acompanhamento da Gestão Municipal por meio do Sistema de Inspeção Municipal-SIM.
- ✓ Dinamizar a atuação da Secretaria Municipal de Agricultura, com uso eficaz do excelente espaço que possui;
- ✓ Possibilitar assistência técnica especializada por meio da criação de uma equipe multidisciplinar atuando junto à Secretaria de Agricultura, com formação adequado para atender às demandas do pequeno produtor;
- ✓ Promover qualificação de mão-de-obra para trabalhar uma agricultura diferenciada, equilibrada e saudável, processo que uma vez iniciado poderá contribuir na valorização do pequeno produtor, na organização do pessoal que trabalha com hortas, na dinamização da produção de frutas;
- ✓ Incentivar a criação de cooperativas de pequenos produtores, auxiliada pela equipe multidisciplinar de forma que estes não sejam impedidos de produzir e comercialização em função da dificuldade em trabalhar com os procedimentos burocráticos, de forma que estes pequenos produtores cooperados tenham facilidade em acessar linhas de crédito;

- ✓ Promover a integração da população da cidade e do campo, o que por meio de processos de sociabilidades entre escola, esporte, cultura e lazer;
- ✓ Garantir a infraestrutura adequada tanto em territórios da grande, quanto em territórios de pequena propriedade e de assentamentos;
- ✓ Fomentar a agricultura familiar por meio de investimentos em assistência técnica;
- ✓ Priorizar as ações cooperativas, enquanto empresa de comercialização. Na comercialização, entendemos que a prefeitura assim, como em todo o Estado deve ser o principal, da comercialização da Agricultura Familiar, neste sentido criaremos estratégias para garantir que o produto que o pequeno está produzindo tenha mercado;
- ✓ Trabalhar para ampliação do recurso de 30% do PNAE, à exemplo de outros municípios como que garante a compra de 50% de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar;
- ✓ Promover debates com o objetivo de alterar o padrão alimentar, de forma que seja possível recuperar uma diversidade de alimentos e sua introdução no cardápio de creches, escolas, hospitais e locais de atuação da Assistência Social;
- ✓ Agregar pequenos comerciantes ao processo de comercialização de produtos da Agricultura Familiar, garantindo subsídios para a comercialização dos produtos. Desta maneira agrega-se comerciantes e produtores, que passam a compor um mesmo projeto solidário de produção alimentar;
- ✓ Adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte-SUSAF, instituído em Mato Grosso pela Lei 10.502, de 18 de janeiro de 2017. Este sistema permite a simplificar a venda de produtos da agricultura familiar e de agroindústrias de pequeno porte, o que permite a expansão do mercado consumidor.
- ✓ Com a lei será possível simplificar a venda de produtos da agricultura familiar e de agroindústrias de pequeno porte, garantindo o livre comércio e a expansão do mercado consumidor. O que antes tinha a comercialização restrita ao município, agora pode ser vendido sem barreiras, em todo o Estado.
- ✓ Criar mecanismos de articulação entre produção e conservação ambiental, intensificando a produção voltada para agroecologia, aliado a um projeto de reflorestamento a partir de viveiros municipais com capacidade ampliada de produção.

Políticas Ambientais

Em decorrência do crescimento e do desenvolvimento da cidade, os rios que atravessam o município de Rondonópolis (Córregos Patrimônio, Canivete e Bonito, rios Vermelho e Arareau), estão não só com suas margens comprometidas, como também com suas águas poluídas. Na realidade, são receptores clandestinos, visíveis a olhos nus, de esgotos domésticos e resíduos industriais, bem como lixo e entulhos despejados constantemente às margens e transportados, posteriormente, pelas águas da chuva para seus leitos. Isso, sem contar o estrago provocado por dragas nos rios Vermelho e Arareau.

Levando em consideração que a nossa cidade está entre o rio Vermelho e o Arareau e possui uma ampla rede de pequenos córregos e nascentes em nossa área urbana e rural, Rondonópolis possui uma malha aquífera de grande porte mais infelizmente quase toda com baixa qualidade, apresentando através de amostra de coletas diferentes níveis de contaminação e destinação de esgotos clandestinos sendo destinados a malha aquíferas da nossa cidade. Desta forma se faz necessário observar o atual quadro ambiental do município e fazer um programa de governo observando a realidade dos aquíferos tanto nas esferas urbanas e rurais. Com base em pesquisas podemos fazer diversas observações que podem melhorar a qualidade de nossas águas e a vida das pessoas, melhorar a qualidade da nossa água, também contribuir para aumentar a quantidade de água em nossos rios.

A organização Ambiental passa também pela implantação de algumas medidas para fortalecer o pequeno agricultor e a agricultura familiar, com a criação do cinturão verde em nosso município, dando subsidio e organizando o segmento com técnicas modernas de produção, eliminando os agrotóxicos e ajudando a organizar também a distribuição da produção através de redes de vendas diretas e aquisição do município para a merenda escolar.

O projeto de Vida parte também de um preceito de soberania ambiental, ou seja, da construção de mudanças na forma de usar os bens da natureza, objetivando seu uso comum na organização da produção e nas relações sociais.

Ao pensarmos em ações dentro de um Programa de Governo, com foco em questões ambientais, consideramos que as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, ao longo do processo histórico, são determinantes para a construção da paisagem de um determinado território. Às vezes, a postura adotada pelos indivíduos comprometem profundamente toda a sociedade, que acaba, em parte, tornando-se co-responsável pelos problemas vivenciados pela comunidade em geral.

Propostas Ambientais para região rural de Rondonópolis

- ✓ Implantar programas e políticas de estruturação da agroecologia como base produtiva e tecnológica da agricultura;
- ✓ Instituir programa para apoiar a produção, industrialização, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis e agroecológicos;
- ✓ Organizar uma política estrutural de agro industrialização do campo, baseada em processos cooperativos e coletivos;
- ✓ Criação do viveiro municipal de mudas nativas e frutíferas para o fortalecimento dos projetos de implantação de agroflorestal dos pequenos proprietários e sitiantes;
- ✓ Preparar e fortalecer a secretaria de Agricultura e Meio Ambiente com base na produção agroecológica e o sistema agroflorestal de produção.

Propostas Ambientais para área Urbana

Parques Lineares:

- ✓ As margens do Ribeirão Arareau possuem ainda diversas áreas, que ainda não estão ocupadas e que facilitaria para a implantação dos Parques Lineares e os corredores ecológicos observando que as margens do Arareau possuem grande quantidade de animais que mesmo com a destruição e o lixo, resistem e sobrevivem, desta forma os parques lineares com corredores ecológicos garantiriam a sobrevivências e garantiria a interação das espécies. Com a construção dos parques lineares conseguimos atingir várias metas em uma única ação. O lixo que e um dos grandes vilões do meio ambiente deixa de ser jogado pois com a construção dos parques as pessoas passam a cuidar melhor do ambiente, a saúde mental e física das pessoas que moram perto também melhoraria. Como exemplo temos o Parque Arareau – Dimas de Oliveira Castro, situado na vila Cardoso, onde era um lixão e hoje e o parque Arareau, um lugar onde vem gente de toda região para fazer atividades físicas.

Parques em Andamentos:

- ✓ Em nossa cidade existem vários parques que foram começados e não terminaram, por isso é importante a finalização destas obras e a entrega para a comunidade, como exemplo o Parque do escondidinho e o parque das mangueiras, a sua construção arrasta por diversos mandatos e não foram finalizados ainda.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos:

- ✓ Implementar suporte técnico e financeiro para as cooperativas e afins que fazem o recolhimento e a destinação final de resíduos líquidos e sólidos que fazem parte do nosso dia a dia e que são jogados na natureza de forma a contaminar os nossos rios e o nosso solo. Como exemplo as cooperativas que reciclam o plástico, papelão, vidro, óleo, material de construção, entre outros;
- ✓ Promover a fiscalização das ligações clandestinas de esgotos nas galerias pluviais;
- ✓ Promover o monitoramento das nossas águas e esgotos, através de amostragem e observação em laboratório para podermos saber que tipo de água está chegando em nossas torneiras e também sabermos que tipo de Resíduo líquido tratado está sendo devolvido para o nosso Rio Vermelho.

-Implantação da Regularização Fundiária das áreas de APP

- ✓ Rondonópolis quando foi fundada ainda não existia uma política ambiental bem definida, desta forma foram abertas matrículas até dentro do leito dos rios, não existia regras claras na questão ambiental, desta forma várias pessoas possuem terrenos escriturados que estão dentro de área de APP e reserva legal dos rios que passam pela nossa cidade, lembrando que o IPTU destas áreas em algumas vezes mais caros que os terrenos vizinhos, assim sendo existe a necessidade do município fazer o resgate destes terrenos através de aquisição de forma direta, promovendo a regularização destas áreas, facilitando a implantação dos parques lineares e os corredores ecológicos.

-Recuperação de Nascentes Rural e Urbanas:

- ✓ Levando em consideração a escassez de água no planeta e o crescimento populacional de nossa cidade, cada vez mais vamos precisar de água em abundância, desta forma existe a necessidade de fortalecer projetos de Recuperação e revitalização de Nascentes do Arareau do Rio Vermelho e todas as nascentes que forem identificadas dentro do nosso município tanto rural como urbana.

-Plano de Manejo e controle de incêndio da aldeia TI Tadarimana:

- ✓ Levando em consideração que a aldeia Tadarimana fica muito próximo da área urbana de nossa cidade existe a necessidade de um plano emergencial de combate ao fogo, criação de brigadistas dentro da aldeia com treinamento em gerenciamento de fogo e plano de controle dentro da área da aldeia. Construção do plano em parceria, Funai, índios, ambientalistas, SEMA, SEMMA, Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

-Plano de Mobilidade Urbana:

- ✓ Revisão e implantação do plano de mobilidade urbana de nosso município priorizando os corredores de ligação, onde as ciclovias teriam prioridade e ligariam a cidade de ponto a ponto, onde facilitaria as pessoas poderem desenvolver as suas atividades físicas e utilizar a bicicleta como mecanismo de locomoção, desta forma diminui a quantidade de combustível queimado jogando gases na atmosfera.

-Revitalização das praças de nossa Cidade:

- ✓ Promover a revitalização de nossas praças com plantio de árvores e reorganização dos espaços, com a criação de uma equipe para reparos permanentes em nossos aparelhos de atividades físicas e o controle da areia das nossas praças, colocar em nossas praças playground para as crianças terem opção de lazer.

Projeto de energia limpa

- ✓ Implantação do projeto de produção e utilização de energia solar nas repartições públicas, escolas, creches, hospitais, câmara municipal, prefeitura.